



Número: **0049674-70.2024.8.17.2001**

Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Órgão julgador: **3ª Vara da Fazenda Pública da Capital**  
Última distribuição : **09/05/2024**  
Valor da causa: **R\$ 90.000,00**  
Assuntos: **Suspensão**  
Nível de Sigilo: **0 (Público)**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
NATASHA DOLCI (AUTOR(A))	
	RODRIGO DE SA LIBORIO (ADVOGADO(A))
PGE - Procuradoria do Contencioso Cível (RÉU)	
ESTADO DE PERNAMBUCO (RÉU)	

Outros participantes	
27º Promotor de Justiça Cível da Capital (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
229649533	05/02/2026 08:14	<a href="#">Sentença (Outras)</a>	Sentença (Outras)



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
1ª Vara da Fazenda Pública da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -  
PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810250

Processo nº 00.89678-70.2024.8.17.2001

AUTOR(A): NATASHA DOLCI

RÉU: ESTADO DE PERNAMBUCO, PGE - PROCURADORIA DO CONTENCIOSO CÍVEL

SENTENÇA

Vistos, etc.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Ação Ordinária com pedido de tutela provisória de urgência ajuizada por NATASHA DOLCI, qualificada nos autos, em face do ESTADO DE PERNAMBUCO, igualmente qualificado. A Autora, Delegada de Polícia Civil de Pernambuco, matrícula 386.503-7, narrou em sua petição inicial a instauração, em 23 de abril de 2024, de Processo Administrativo Disciplinar Especial (PADE) sob o número NUP/SIGPAD 2024.14.5.001591, em decorrência de alegações relacionadas à sua conduta administrativa, conforme Portaria Cor. Ger./SDS nº 174/2024. Destacou que, à época do ajuizamento da demanda, ainda não havia sido devidamente citada da instauração do referido PADE e não possuía acesso aos autos, conforme consulta ao trâmite no SEI de 08 de maio de 2024.

Prosseguiu a Autora informando que, em 25 de abril de 2024, foi determinada pela Administração Pública Estadual, por meio da Portaria nº 2.755, lavrada pelo Secretário de Defesa Social (páginas 1-2), seu afastamento das funções policiais por 120 (cento e vinte) dias, com possibilidade de prorrogação única por igual período. Adicionalmente, a referida Portaria determinou o recolhimento de sua carteira funcional, arma e munição, e, de forma mais gravosa, impôs o comparecimento diário ao setor indicado pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE), onde deveria registrar sua presença e permanecer durante todo o expediente, nos termos do Art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 11.929/2001.

A Demandante arguiu a ilegalidade da medida de comparecimento diário, por ausência de previsão legal específica, e a



desproporcionalidade da suspensão de seu porte de arma, considerando a ausência de justificativa para tal restrição e o risco à sua integridade física inerente à sua profissão, especialmente por ter atuado em diversas operações e prisões. Sustentou, ainda, a ausência de motivação adequada para os atos contidos na Portaria nº 2.755/2024, bem como a violação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e presunção de inocência. Por essas razões, pleiteou a concessão de tutela de urgência para suspender os efeitos da Portaria nº 2.755/2024, revogando-se a suspensão do porte de arma, a determinação de devolução de armamento, munição e carteira funcional, e desobrigando-a do comparecimento diário à DRH, com seu imediato retorno às atividades de Delegada de Polícia Civil. Requereu, ademais, a condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais). A Autora recolheu as custas processuais iniciais, conforme guias e comprovantes.

Despacho determinando a intimação do Réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação prévia sobre o pedido de tutela de urgência. Todavia, em 13 de maio de 2024, antes do decurso do prazo para manifestação do Estado, este Juízo proferiu decisão deferindo parcialmente a tutela de urgência, para suspender a parte da Portaria nº 2.755/2024 que determinava o comparecimento diário da Autora à DRH para registro de presença e permanência durante o expediente, desobrigando-a de tal frequência enquanto perdurasse sua suspensão funcional. Os demais pedidos antecipatórios foram postergados para análise após a apresentação de defesa pelo Réu. A decisão foi devidamente intimada ao Estado de Pernambuco .

O Estado de Pernambuco apresentou Manifestação Prévia insurgindo-se contra a decisão concessiva da tutela. Argumentou a vedação legal à concessão de tutela antecipada em primeiro grau contra ato de autoridade sujeita à competência originária de tribunal, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 8.437/92, aplicável à tutela antecipada por força da Lei nº 9.494/97. Sustentou, ainda, o não preenchimento dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência e a inexistência do direito perseguido, afirmando a previsão legal para a disposição da Autora à DRH da Polícia Civil, com base no § 4º do art. 14 da Lei nº 11.929/2001, alterada pela Lei Complementar nº 158/2010.

Posteriormente, o Réu apresentou Contestação, reiterando os argumentos da manifestação prévia. Afirmou a regularidade da instauração do PADE e a notificação da Autora, inclusive com dificuldades de localização. Defendeu a legalidade da Portaria nº 2.755/2024, ressaltando que o ato foi devidamente motivado, divulgado e baseado em expresso dispositivo legal, não havendo qualquer vício a macular o ato de suspensão. Destacou que o controle judicial do ato administrativo se restringe à sua legalidade, não podendo o Judiciário adentrar no mérito administrativo. Argumentou, também, a inexistência de danos morais, por ausência de ato ilícito e de prova de abalo à honra, imagem ou sofrimento psicológico da Autora, e pugnou pela improcedência total dos pedidos. A contestação veio acompanhada de documentos.

Após o recebimento da contestação, foi proferido despacho intimando a parte Autora para apresentar réplica. A Autora, em 01 de novembro de 2024, protocolou requerimento de reanálise do pedido de tutela de urgência, alegando novos fatos, como o transcurso de 180 dias do PADE sem conclusão, a iminência de seu retorno às atividades sem os utensílios funcionais e o risco à sua integridade física, exemplificado por um Boletim de Ocorrência relatando que foi seguida por um homem armado. Informou também que a Douta Procuradoria Geral do Estado havia apresentado Agravo de Instrumento contra a tutela parcialmente deferida, o qual foi rejeitado por unanimidade, confirmando o "acerto da decisão agravada" (Processo nº 0023448-80.2024.8.17.9000)



Este Juízo proferiu nova decisão indeferindo a reanálise da tutela de urgência pleiteada pela Autora, sob o fundamento de que não seria o caso dos autos para, em juízo preliminar, determinar o retorno às funções e a devolução dos utensílios funcionais, em face do periculum in mora inverso e para evitar indevida ingerência do Judiciário no mérito administrativo, ressaltando a necessidade de análise aprofundada da legalidade dos fatos narrados. Intimaram-se as partes para manifestarem-se sobre a produção de novas provas.

A Autora apresentou Réplica à Contestação. Nesta peça, rebateu os argumentos da defesa, enfatizando que as apurações do PADE nº 2024.14.5.001591, inclusive com depoimentos das Delegadas responsáveis pelos Inquéritos Policiais que ensejaram o afastamento, indicaram que a Autora não interferiu nas investigações, refutando a acusação inicial. Juntou a "Ata de Reunião Deliberativa" de 30/09/2024 e a "Ata de Encerramento de Instrução e Indiciação" de 03/02/2025, comprovando as conclusões das apurações. O ponto crucial trazido na réplica foi a superveniência da Portaria SDS nº 824/2025, publicada em 23/01/2025, pela qual a própria Administração Pública revogou a Portaria SDS nº 2.755/2024, determinando o retorno da Autora à plenitude de suas funções, o restabelecimento de sua identidade funcional, porte de arma e utensílios funcionais. A Autora argumentou que essa revogação pela Administração ratificava a ilegalidade e a ausência de fundamentação do ato de afastamento original.

O Ministério Público apresentou manifestação (páginas 1-4) opinando pela desnecessidade de sua intervenção no feito, por entender que o caso não envolvia interesse público primário, mas sim interesses patrimoniais da Fazenda Pública e da parte Autora, ambos representados por seus respectivos procuradores, citando o art. 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Os autos vieram conclusos para sentença.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

A presente demanda versa sobre a legalidade de atos administrativos que resultaram no afastamento preventivo e na restrição de prerrogativas funcionais de uma Delegada de Polícia Civil, culminando em um pedido de anulação de tais atos e indenização por danos morais. A análise do caso impõe a observância de princípios basilares do Direito Administrativo e Constitucional.

### II.I. Do Controle Jurisdicional do Ato Administrativo e da Separação de Poderes

Inicialmente, cumpre ressaltar a questão do controle judicial sobre os atos da Administração Pública, frequentemente suscitada em demandas que envolvem a revisão de decisões tomadas por agentes estatais. O Estado de Pernambuco, em sua manifestação prévia (páginas 4-5) e contestação (páginas 7-12), invocou o princípio da separação dos poderes, aduzindo a impossibilidade de incursão do Poder Judiciário no mérito administrativo, que compreenderia a valoração dos motivos e a escolha do objeto do ato pela Administração, nos termos da doutrina de Hely Lopes Meirelles. A tese é de que o Judiciário não poderia atuar como "censor das ações internas do Poder Executivo", restringindo-se à legalidade.

No entanto, embora seja um preceito fundamental da República Federativa do Brasil a independência e harmonia entre os Poderes (Art. 2º da Constituição Federal), o controle da legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário é igualmente um pilar do Estado Democrático de Direito. Este controle não se limita apenas à verificação da competência e forma do ato, mas abrange, inequivocamente, a conformidade do ato com a lei em sentido amplo, incluindo os princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública. Conforme explicitado na réplica da Autora (páginas 5-9), o princípio da inafastabilidade da jurisdição (Art. 5º, XXXV, da CF/88) garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será



excluída da apreciação do Poder Judiciário.

A jurisprudência pátria, e o próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco no julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado neste caso (Processo nº 0023448-80.2024.8.17.9000), consolidou o entendimento de que o controle judicial pode sim estender-se à razoabilidade e proporcionalidade das medidas administrativas, especialmente quando há violação a direitos e garantias fundamentais. O acórdão proferido no Agravo de Instrumento (ID 188527318, páginas 11-12 da ementa) foi cristalino ao afirmar a "ILEGALIDADE E IRRAZOABILIDADE DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA" e a "POSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO PODER JUDICIÁRIO". O voto do Relator (páginas 8-9 do voto) enfatizou que o Judiciário pode verificar "a razoabilidade e proporcionalidade das obrigações e sanções impostas", aferindo se "extrapolam as estritamente necessárias ao atendimento do interesse público". Essa decisão do órgão recursal superior, ao qual este juízo está subordinado, reafirma que o Poder Judiciário não se substitui ao administrador, mas corrige excessos e ilegalidades, garantindo que os atos administrativos estejam em consonância com o ordenamento jurídico. A invocada Súmula 665 do Superior Tribunal de Justiça, mencionada na manifestação do Ministério Público (página 3), corrobora este entendimento ao prever a possibilidade de controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar em casos de "flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada".

No caso em tela, a análise não recai sobre o mérito estrito da instauração do PADE ou da necessidade de apuração da conduta da servidora, mas sobre a legalidade e proporcionalidade das medidas cautelares impostas por meio da Portaria nº 2.755/2024, especialmente a obrigação de comparecimento diário e a suspensão do porte de arma.

## II.II. Da Ilegalidade da Obrigação de Comparecimento Diário à Diretoria de Recursos Humanos

A Portaria nº 2.755/2024, do Secretário de Defesa Social, em seu item III, determinou que a Delegada NATASHA DOLCI, afastada de suas funções, deveria ser apresentada à DRH, "ficando a referida à disposição e sob a subordinação hierárquica daquela autoridade, devendo comparecer diariamente no setor que lhe for indicado, sendo registrada sua presença, e lá permanecendo durante todo o expediente, nos termos do Art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 11.929/2001".

A Autora, em sua petição inicial (páginas 5-7), argumentou a ilegalidade de tal exigência por não possuir respaldo legal. Conforme o Art. 14 da Lei Estadual nº 11.929/2001, alterado pela Lei Complementar nº 158/2010 (páginas 5-6), o afastamento preventivo implica que o servidor "ficará à disposição da unidade de Recursos Humanos a que estiver vinculado". No entanto, uma leitura atenta do dispositivo revela que inexistente qualquer previsão legal que obrigue o policial civil afastado a comparecer diariamente à DRH para registro de presença e permanência durante todo o expediente. A expressão "ficará à disposição" não se confunde com a imposição de uma jornada de trabalho sem atribuições, especialmente quando o servidor está afastado de suas funções. O próprio acórdão do Agravo de Instrumento (páginas 12-13 do voto), ao analisar o § 4º do Art. 14 da Lei Estadual nº 11.929/2001, foi explícito ao concluir que "inexistente previsão para comparecimento diário e obrigatório do mesmo ao setor, e, com permanência durante todo o expediente". Este Juízo, em sede de cognição sumária, já havia reconhecido tal ilegalidade ao deferir parcialmente a tutela de urgência (páginas 2-3), destacando a ausência de previsão legal e o caráter de "grave medida restritiva de direitos".

A ilegalidade da medida de comparecimento diário e permanência em expediente sem atividade é flagrante, violando o princípio da legalidade administrativa (Art. 37, caput, da CF/88) e o da eficiência, além de configurar uma imposição desproporcional e desarrazoada. A Administração Pública, ao determinar um "cárcere privado" (como alegado pela Autora - página 6) sem qualquer base legal, incorreu em abuso de poder. O próprio Ministério Público, em sua manifestação no Agravo de



Instrumento (página 6), reconheceu que "o servidor afastado fica tão somente à disposição da unidade de recursos humanos, inexistindo previsão de comparecimento diário obrigatório".

A relevância da ilegalidade imposta é corroborada pela superveniente Portaria SDS nº 824/2025, de 23 de janeiro de 2025, emitida pela própria Secretaria de Defesa Social, que revogou a Portaria SDS nº 2.755/2024. Embora a revogação tenha sido fundamentada na exaustão do prazo de afastamento e na ausência de prejuízo à instrução processual, o fato de a Administração ter revertido seu próprio ato demonstra um reconhecimento, ainda que implícito, da inadequação das medidas anteriormente adotadas, especialmente aquelas desprovidas de amparo legal. Essa revogação corrobora a tese da Autora sobre a ilegalidade das condições de afastamento.

#### II.III. Da Desproporcionalidade da Suspensão do Porte de Arma e Retenção de Utensílios Funcionais

A Portaria nº 2.755/2024 também determinou o recolhimento da identificação funcional, arma e munição da Autora, suspendendo seu porte de arma. A Autora argumentou (páginas 7-8) a desproporcionalidade e a falta de interesse público nessa medida, destacando que a legislação estadual e federal (Lei nº 10.826/2003) confere aos policiais civis o direito ao porte de arma de fogo, mesmo fora de serviço, como prerrogativa indispensável à sua segurança, considerando a natureza de sua atividade profissional. A Autora ressaltou que a acusação que motivou o PADE não se relacionava ao uso indevido de armamento, não havendo, portanto, risco concreto que justificasse a suspensão do porte. Adicionalmente, mencionou a publicação no Diário Oficial da medida, que tornou o fato de conhecimento público, expondo-a a riscos.

O princípio da motivação dos atos administrativos é crucial, especialmente quando estes restringem direitos (Art. 50, I e II, da Lei Estadual nº 11.781/2000, página 9). A Autora alegou que a Portaria nº 2.755/2024 carecia de motivação específica e pormenorizada para a suspensão do porte de arma, baseando-se em uma motivação genérica e dependente da apuração do PADE (página 8). A teoria dos motivos determinantes, invocada pela Autora, estabelece que, se a Administração externa os motivos que a levaram a praticar o ato, ele só será válido se esses motivos realmente ocorreram e são legítimos. No caso, a ausência de um elo causal direto entre a conduta imputada no PADE (suposta interferência em investigações) e a necessidade de suspensão do porte de arma demonstra uma desvinculação entre o motivo declarado e a medida adotada.

A defesa do Estado (página 13) reiterou a legalidade da medida, afirmando que a Lei Complementar nº 158/2010, ao alterar o § 4º do art. 14 da Lei nº 11.929/2001, determina que o policial afastado "deverá reter a identificação funcional, distintivo, arma, algema ou qualquer outro instrumento que esteja em posse do servidor". Contudo, a mera retenção legalmente prevista não desobriga a Administração de motivar concretamente a decisão de suspender o porte de arma, especialmente diante de um contexto fático que não envolvia o uso inadequado do armamento. A retenção da arma e a suspensão do porte devem ser medidas cautelares proporcionais e motivadas por um risco real e iminente, que não foi demonstrado nos autos para justificar a medida ab initio.

Os "novos fatos" apresentados pela Autora em seu requerimento de 01 de novembro de 2024 (páginas 1-2), como a ocorrência policial de 21/09/2024 (BO nº 24I0319151087 – ID 187053468) em que foi seguida por um homem armado, reforçam a tese de que a manutenção da suspensão de seu porte de arma a colocava em grave risco pessoal. Este risco é inerente à própria função de Delegada, que lida com criminosos e suas consequências.

A Portaria SDS nº 824/2025, que revogou a Portaria SDS nº 2.755/2024 e determinou a restituição do porte de arma e dos utensílios funcionais à Autora, representa o reconhecimento, pela própria Administração Pública, da ausência de justificativa para a manutenção dessas restrições. A revogação ocorreu após as conclusões das apurações do PADE



que não encontraram indícios de que a Autora havia interferido nas investigações ou utilizado indevidamente sua posição para obter vantagens pessoais, refutando a premissa inicial que motivou o afastamento e as restrições. Embora a Portaria 824/2025 não declare expressamente a ilegalidade da Portaria 2.755/2024 em todos os seus termos, o ato de revogação, especialmente na parte que envolve a restituição de direitos funcionais, como o porte de arma, é uma confissão administrativa da ausência de fundamento para a continuidade de tais medidas restritivas.

Dessa forma, a suspensão do porte de arma e a retenção da carteira funcional sem motivação idônea e sem risco concreto de dano à instrução ou à ordem pública, ou de uso indevido do armamento por parte da servidora, configuram medidas desproporcionais, desarrazoadas e ilegais, violadoras de direitos fundamentais. A anulação da Portaria nº 2.755/2024 quanto a essas disposições é medida que se impõe.

#### II.IV. Dos Danos Morais

A Autora pleiteou indenização por danos morais no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais), alegando que a suspensão do porte de arma e a obrigação de comparecimento diário à DRH causaram prejuízos à sua segurança pessoal e profissional, abalos psicológicos e emocionais, e impactos negativos em sua reputação e carreira profissional (páginas 15-18).

O Estado de Pernambuco, em sua Contestação (ID 173695895, páginas 14-17), argumentou a inexistência de danos morais, sustentando a ausência de ato ilícito por parte da Administração Pública e a falta de prova de qualquer ofensa à imagem, honra ou nome da Autora, ou de transtorno emocional ou psicológico. Alegou que a Autora não desconstituiu a presunção de legitimidade da atuação administrativa e que não houve conduta dolosa ou negligente dos agentes estatais.

A responsabilidade civil do Estado, nos termos do Art. 37, § 6º, da Constituição Federal, é objetiva, ou seja, independe da prova de dolo ou culpa do agente, bastando a demonstração do dano, da conduta administrativa e do nexo causal. No presente caso, as ilegalidades e desproporcionalidades contidas na Portaria nº 2.755/2024, já reconhecidas, em parte, por este Juízo e pelo Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento, configuram a conduta ilícita da Administração. A imposição de um comparecimento diário sem atribuições e a retirada injustificada do porte de arma, em um contexto de publicidade do afastamento (como noticiado na inicial - página 4), geraram para a Autora, Delegada de Polícia, uma situação de vulnerabilidade, humilhação e exposição a riscos reais, conforme exemplificado pelo Boletim de Ocorrência. A insegurança de uma Delegada sem sua arma, obrigada a se deslocar e comparecer a um órgão policial diariamente, afeta diretamente sua integridade física e psíquica, bem como sua imagem perante a sociedade e a própria instituição.

A alegação de que a Autora não comprovou o dano moral não se sustenta integralmente. Em situações de flagrante ilegalidade ou abuso por parte da Administração que afetam a honra, imagem, segurança ou dignidade do servidor, o dano moral pode ser presumido (in re ipsa). A Portaria nº 2.755/2024, ao impor condições de afastamento desprovidas de amparo legal e desproporcionais, e ao retirar o porte de arma sem motivação concreta ligada a um risco de uso indevido, gerou um dano que transcende o mero aborrecimento, atingindo a esfera íntima da Autora e sua capacidade de autoproteção no exercício de uma profissão de risco. O sofrimento decorrente da insegurança e da imposição de uma rotina vexatória é evidente.

A revogação da Portaria nº 2.755/2024 pela própria Administração, por meio da Portaria SDS nº 824/2025, embora tenha mitigado parte dos efeitos danosos, não elimina a responsabilidade do Estado pelos danos já causados durante o período de vigência das medidas ilegais. A "Ata de Encerramento de Instrução e Indiciação" do PADE (páginas 1- 6) e a "Ata de Reunião Deliberativa" (páginas 1-3) demonstraram que a acusação principal de interferência em investigações foi refutada pelos depoimentos das próprias Delegadas. A manutenção do afastamento e das restrições funcionais



com base em uma premissa fática que se revelou infundada, mesmo antes da conclusão do PADE, reforça o caráter abusivo e arbitrário do ato administrativo impugnado, evidenciando o nexo causal entre a conduta do Estado e os danos suportados pela Autora.

Considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como o caráter punitivo-pedagógico da indenização por danos morais, e a gravidade das ilegalidades cometidas, especialmente a exposição a riscos à integridade física de uma Delegada de Polícia, a fixação de uma compensação se mostra justa e necessária. O valor deve ser suficiente para compensar a dor e o sofrimento da vítima, sem representar enriquecimento ilícito, e, ao mesmo tempo, desestimular a reiteração de condutas administrativas eivadas de vícios. O valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais) sugerido na petição inicial (página 23), considerando a capacidade financeira do Réu e a intensidade dos prejuízos experimentados pela Autora, mostra-se adequado para a reparação dos danos morais causados.

### III. DISPOSITIVO

Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na Petição Inicial para:

I. Confirmar a tutela de urgência anteriormente concedida por este Juízo e, em consonância com o decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco no Agravo de Instrumento nº 0023448-80.2024.8.17.9000 , DECLARAR A NULIDADE da Portaria nº 2.755, de 25 de abril de 2024 , lavrada pelo Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, no tocante à determinação de comparecimento diário da Autora NATASHA DOLCI à Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) para registro de presença e permanência durante todo o expediente.

II. DECLARAR A NULIDADE da Portaria nº 2.755, de 25 de abril de 2024 , no que concerne à suspensão do porte de arma da Autora, bem como à determinação de recolhimento e retenção de seu armamento, munição e carteira funcional, determinando o imediato e definitivo restabelecimento de todas essas prerrogativas e a devolução de todos os itens retidos, caso ainda não tenha sido efetivada, conforme já determinado pela própria Administração Pública através da Portaria SDS nº 824/2025 .

III. Condenar o ESTADO DE PERNAMBUCO ao pagamento de indenização por danos morais à Autora NATASHA DOLCI no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais), acrescidos de juros de mora, a contar da data do evento danoso (publicação da Portaria nº 2.755/2024 em 25/04/2024), e correção monetária pelo IPCA-E, a partir da presente data.

Condeno o Réu, ESTADO DE PERNAMBUCO, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, considerando a natureza da causa, o trabalho realizado pelo patrono da Autora e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do Art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Desnecessária ciência ao MP.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, 05 de fevereiro de 2026.

MILENA FLORES FERRAZ CINTRA





